

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores





FLACSO

SEDE BRASIL 15º aniversário
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

Alda Judith Alves-Mazzotti

Ayrton Fausto

Arno Vogel

Daniel Jorge Canó

Leopoldo Bartolomé

Luis Antônio Cunha

Marco Antonio da Silva Mello

*(Coordenador do Programa
Editorial)*



“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”

O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981
331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

DA CASA À RUA:

A cidade como fascínio e descaminho

Arno Vogel*

Marco Antonio da Silva Mello**

* Professor da UFF e FLACSO Sede Acadêmica Brasil

** Professor da UFRJ, UFF e FLACSO Sede Acadêmica Brasil



Capítulo

66

Índice

1. Hora de trabalhar, hora da verdade
2. Três histórias para fazer pensar
3. A retórica dos motivos
4. O estranhamento na família
5. A retórica dos motivos

1. Hora de trabalhar, hora da verdade

Visto me atraíçoares, fica-te aí só, que vou pelo mundo ganhar a minha vida.

Sílvio Romero, João mais Maria
Contos populares do Brasil

“**D**le diz que não ajuda a mãe! Mas dar todo o dinheiro para a mãe guardar até que se tenha o suficiente para comprar as roupas dele, o seu material escolar, o lanche na escola, não é ajudar?! Ele não percebe, mas aos 11 anos de idade trabalha para garantir parte de sua educação e sustento. Está ajudando a mãe sim, e bastante. Afinal, as crianças da classe média, ou da classe alta, com essa idade, ainda são tratadas quase como bebês. Enquanto isso, os filhos da classe menos favorecida já *nascem* adultos. Evidentemente *nascem* é maneira de dizer, pois as crianças, filhas dessa classe (a menos esclarecida), já vêm ao mundo com a missão de cuidar de seu próprio sustento. Isso quando não se vêem obrigadas a cuidar também do sustento de toda a sua família, pois muitas vezes se encontram em situação *constrangedora*, tendo a mãe doente (ou ganhando muito pouco) e irmãos menores”.

“É absurdo saber que uma criança sustenta toda a família, vendendo picolés ou jornais, engraxando sapatos e assim por diante, mesmo antes de *curtir* a sua infância ou adolescência. Ao deixar de ser bebê, já se encontra obrigada a assumir responsabilidades de pessoa adulta, inserida no mercado de trabalho informal. É absurdo porque a infância deveria ser uma obrigação de todas as *pessoas adultas* para com todas as crianças. No Brasil (e nos países subdesenvolvidos) isso não acontece. O ser nasce, é bebê desnutrido, menor abandonado, menor de rua, menor trabalhador, menor infrator... e assim vai”.

“Infância?! O que é isso? Uma palavra estranha nesse meio. Afinal, na realidade ela não é do *conhecimento* de todas as crianças como deveria ser, mas apenas de uma minoria *privilegiada*”.

*

Estas considerações de uma entrevistadora delineiam um *drama* cuja recorrência, no cotidiano das cidades brasileiras, vem-lhe conquistando um lugar de destaque na problemática obrigatória da crítica, da legislação e da política social. Possuem, além disso, a virtude de abordá-lo com a indignação de quem traz em mente uma pauta de valores da qual a realidade parece zombar.

Para compreender o alcance do drama, no entanto, convém explicitar de que valores se trata. Na verdade estamos, no caso, diante de um *valor* fundamental expresso pela palavra *infância*. Uma infância concebida sociologicamente, isto é, não como simples recorte temporal no ciclo de vida de uma pessoa, mas como uma *relação*. Ou ainda, como a maneira pela qual se concebe, idealmente, um nexo inscrito na morfologia

social, com as inevitáveis obrigações que o qualificam.

Dessa perspectiva, a infância surge como um direito das crianças a quem deve ser adequadamente proporcionada pelas “pessoas adultas”, ou pelo mundo que estas representam. Quando as coisas acontecem dessa maneira, não há problema algum. O drama só ocorre quando uma criança se vê burlada nesse seu direito. Não ter infância é sempre ruim, pois equivale a uma deficiência grave no processo de construção sucessiva de um sistema de papéis. Tão grave que deu origem a um modo corriqueiro de explicar e/ou desculpar comportamentos inadequados ou bizarros, em se dizendo “fulano não teve infância” (com o subentendido: “por isso faz essas coisas”).

O que corresponde a um adulto com atitudes de criança senão uma criança com responsabilidades de pessoa adulta? Em ambos os casos há um tipo de *agramaticalidade*. No primeiro, entretanto, sob a forma de uma *dissonância momentânea* do comportamento, ao passo que no segundo se trata de uma *condição* mais ou menos permanente imposta a uma criança que acaba fazendo com que se choquem, no mesmo ator, a concepção de um papel com o desempenho de outro.

Da concepção do papel de criança faz parte um *corolário* sobre o modo de disposição do tempo dessa criança. Quando este passa a destinar-se predominantemente ao trabalho, ou quando o tempo dedicado às atividades laborais começa a concorrer com os folguedos; quando o tempo passado no trabalho é maior do que o passado em casa ou na escola, este fato é percebido como uma *iniquidade* que se comete contra a criança. A iniquidade consiste em privá-la do tempo de brincar e estudar, “*curtindo*” a sua infância, para destiná-lo a atividades pertencentes ao seu papel futuro, numa antecipação *malsã* da passagem para a vida adulta. Como as limitações inerentes ao seu papel de criança restringem ao máximo a sua capacidade de se opor eficazmente a esta antecipação, configura-se o drama ao qual se dedica toda essa reflexão, articulada ou dispersa, que poderíamos chamar de *a teoria da infância traída*.

Essa teoria não se alimenta apenas da incongruência entre a ideologia e a prática de um papel. Extrai sua motivação básica do escândalo que constitui a extensão do paradoxo dessa identidade e, portanto, o agravamento insuportável de seus custos sociais. Insuportável não mais apenas para os seus atores, vítimas desse papel perverso, mas agora também, e cada vez mais, para a sociedade que o concebeu e que, perplexa, não sabe como desinventá-lo.

Sucedem, no entanto, que não se vê perspectiva de parar esse “*moinho satânico*”, pois para a maioria das crianças, em países como o Brasil, a hora de trabalhar vem soando antes mais cedo do que mais tarde. Assim, embora a ideologia abrangente tenha idealizado certos lugares como a casa e a escola, para o cultivo de uma infância protegida e isenta de preocupações e responsabilidades, a teoria da infância, na prática, é outra.

Existir como criança implica, para extensas camadas da sociedade, abdicar da fruição desse seu papel em favor de uma antecipação drástica do ingresso no mundo do trabalho e, por intermédio dele, na esfera pública, assumindo todos os riscos inerentes às exposições prematuras. No caso das crianças, entretanto, não se trata apenas de trocar a fome pelo trabalho, como diriam os economistas clássicos da estirpe de

Smith e Ricardo. Além da fome, troca-se também o tempo livre e, com ele, as brincadeiras, o estar à-toa na vida com suas possibilidades de experimentação lúdica do mundo. Troca-se também a formação escolar, ou, pelo menos, a perspectiva de aproveitamento e sucesso na escola. E, na maioria dos casos, troca-se o recesso de casa e quintal pelo espaço aberto da rua, onde se encontra o universo do trabalho.

Ao transitar de uma esfera para a outra toma-se uma decisão crítica. Crítica para o sistema de papéis da família, onde passa a existir uma criança que “já nasce” adulta. Não menos crítica para o protagonista desse papel paradoxal, obrigado a enfrentar desafios para os quais não parece ainda talhado, e, portanto, suportar um ônus muito além de suas capacidades. Mas crítica, sobretudo, para a família, pois para ela a hora de trabalhar que chega para alguns de seus filhos menores será também a hora da verdade.

A saída para o trabalho altera de modo sensível a morfologia do grupo, interferindo assim na sua dinâmica. Com a saída para o trabalho, o grupo familiar passa a oferecer, inevitavelmente, “uma superfície maior aos olhares dos outros, uma abertura maior à opinião” (Halbwachs, 1990:126). Nesse momento, a família se vê posta em jogo como instituição, pois a evolução ulterior dos acontecimentos vai dizer, através de quem sai, qual a capacidade efetiva que tem de regular as suas relações com o mundo externo.

O momento da saída contém, como todas as passagens, um alto potencial de indeterminação. O ato de sair inaugura uma seqüência aberta, pois, como os dados empíricos não se cansam de repetir, o seu desfecho não pode ser previsto no nível da singularidade de cada caso. De um modo geral, porém, duas alternativas podem ser prefiguradas para o desfecho. Na primeira, a saída é positivamente reciclada em favor da família, podendo significar a melhoria de suas condições financeiras, um investimento na formação dos filhos para uma inserção favorável na vida ativa, e resultar, finalmente, num incremento de sua coesão. Na segunda, um fato análogo tem um resultado oposto. A saída da criança para o trabalho volta-se contra a família, resultando, no extremo, em perda, não só para o potencial gerador de renda, mas ainda para sua imagem pública, além de constituir um rude golpe em sua capacidade de reproduzir-se como unidade de agregação.

Nessa perspectiva, o ato que resulta dessa decisão, essa troca perversa que consiste em sair de casa para trabalhar, isto é, em deixar a infância antes de tê-la vivido e fruído, faz parte de uma *estrutura dramática* que tem, além de seus agentes e coagentes, um determinado tipo de cenário e algum tipo de significado ou propósito.

Dissemos estrutura; na verdade, porém, tudo isso faz parte de um *processo*. A indignação da entrevistadora o constata e repudia. Para compreendê-lo, no entanto, é preciso retrazar as suas linhas de força, procurando surpreendê-las, inicialmente, nas representações daqueles mais diretamente implicados nessa decisão crítica, ou seja, nas versões das crianças e de suas respectivas famílias sobre os motivos ou propósitos que os levaram a tomá-la.

Algumas trajetórias entrevista no campo, podem servir-nos para ilustrar e discutir este processo dramático a que se vê submetido o *menino de casa* e que pode levá-lo, com o tempo, a transformar-se num *me-*

nino trabalhador, ou começar a metamorfose, ao término da qual estará convertido em *menino de rua*.

2. Três histórias para fazer pensar

2.1. A vida boa de Evandro

Evandro é franzino, mas tem aspecto saudável e sereno. Completou dez anos e frequenta a quarta série do 1º grau. Vai bem na escola, cujas tarefas cumpre sem maiores dificuldades. Seu objetivo é continuar estudando até se formar.

Há um ano e meio vem trabalhando como ambulante. Entre as quatro e as seis da tarde, todos os dias, menos sábado e domingo, vende bombons no Terminal Rodoviário da zona oeste de Goiânia. Ganha quase tanto quanto a mãe e o irmão, percebendo o equivalente à metade do salário regular do pai. O dinheiro é repartido. Metade vai para uma caderneta de poupança, em nome de Evandro. O restante é destinado ao consumo, servindo para suprir necessidades do próprio menino, bem como certas demandas domésticas. E, neste sentido, cabe-lhe um papel de não pouca importância, pois é o “dinheiro do meio da semana”, graças ao qual a família tem leite e pão para o café da manhã.

Os pais de Evandro vieram da roça, do interior do Estado, onde eram meeiros numa fazenda. A mãe (34 anos) e o pai (40 anos) vêm igualmente de famílias migradas da zona rural de Minas Gerais, tendo sido ambos órfãos de mãe. Sua aproximação da cidade foi gradativa. Vieram para um distrito rural de Goiânia depois que o pai dela, alegando cansaço e velhice, mudou-se para um loteamento periférico, onde passou a viver de *gambira*, isto é, mascateando mercadorias de proveniência nem sempre respeitável. O pai de Evandro se declara satisfeito com o resultado da migração para a capital. Ao mesmo tempo, fala do campo com nostalgia. Alega que só deixou a vida rural por causa dos sacrifícios que impõe àqueles que não são proprietários de terras.

Na cidade, porém, as coisas também foram apertando, de modo que todos tiveram de trabalhar. Evandro foi quem teve de fazê-lo mais cedo. A decisão não lhe foi imposta; o próprio menino parece ter concebido a idéia de trabalhar vendendo *laranjinha*. Nisto, entretanto, não fez senão seguir um preceito. Tanto o pai quanto a mãe consideram que é bom trabalhar desde pequeno. Não só porque foi esta sua própria experiência, mas porque, através dela, se alcança a noção do valor das coisas, descobrindo, ao mesmo tempo, tanto como é difícil conseguí-las, como o gosto do dinheiro na mão. Houve dificuldades, no começo. Conflitos com outros meninos, contornados com base num princípio cardeal: “não caçar, nem aceitar briga com os meninos da rua,

“não caçar, nem aceitar briga com os meninos da rua, nunca”. A obediência a essa regra, enfaticamente enunciada pela mãe, marca também a trajetória laboral de Rogério (17 anos), servente de pedreiro na mesma construtora em que trabalha o pai. Com 14 anos começou a vender *laranjinha*; com quinze era *office-boy* de um escritório, no centro da cidade. Quando saiu de lá foi vender *salgados* feitos pela mãe e pela tia. Assaltado duas vezes por meninos de rua, nunca reagiu. A última a trabalhar fora foi Rosário (19 anos), que é balconista numa lojinha perto de casa. Antes disso ajudava a mãe, cuidando dos irmãos quando esta ia trabalhar como diarista.

Todos os filhos estudam, o menor pela manhã, os mais velhos à noite, depois do trabalho. Os pais ressaltam a importância disso, pois eles mesmos não puderam ter esta oportunidade, que lhes parece o caminho mais legítimo e seguro para conseguir alguma coisa na vida. Do ponto de vista da mãe, não se deve atribuir à pobreza a proliferação das crianças que vivem nas ruas, mas à incapacidade dos pais para “relacionar o ambiente”, isto é, de construir, com os filhos, as relações sociais, inclusive aquelas com o mundo do trabalho. Considera-se, neste sentido, bem sucedida, pois todos cooperam na manutenção da família, do mais velho ao mais novo, com disposição e boa vontade. O benefício é coletivo e individual: Evandro, na medida em que ajuda em casa, “foi ficando mais influente”.

2.2. Robson no fio da navalha

Robson tem 17 anos. Atualmente trabalha como papeleiro, atividade que exerce já há algum tempo. Começou com 8 anos, vendendo frutas e verduras na rua, a meias com a proprietária de uma chácara. Enjoou do trabalho e foi ser engraxate. Cresceu e ficou com vergonha de continuar nesse mister. Comprou uma bicicleta e virou lavador de carros. Considera que foi o melhor trabalho que já teve, por causa dos muitos amigos, ainda mais numerosos do que na época de engraxate. Tornou a enjoar do serviço e foi catar papel, seguindo conselhos de um primo. Pensava ganhar mais dinheiro. O serviço, no entanto, é pesado. Sua postura é ambivalente: por um lado ficou conhecendo toda a cidade e as perspectivas de ganho não são más — de vez em quando, acontece de se “achar”, no meio dos papéis, relógios, pulseiras e até radinhos de pilha! Ao mesmo tempo, considera “feio” catar papel. Tem vergonha de andar sujo pela rua e sabe que os catadores de papel portam o estigma de *maloqueiros* (usuários de droga, receptadores e ladrões).

Estudou somente até a 5ª série. Deixou a escola em conflito com a diretora, que lhe reprovava o assédio às meninas. Com 7 anos foi à cidade pela primeira vez. Com oito, já trabalhava na rua. Essa experiência trouxe consigo momentos difíceis. Os meninos de rua tomaram-lhe a caixa de engraxate, certa vez. Aprendeu caratê para enfrentá-los, mas, seduzido por eles, acabou dormindo na rua. Até que foi encontrado pelo pai, recambiado e castigado com severidade.

Robson manifesta disposição de largar o serviço de

papeleiro. Pensa em voltar a lavar carros, mas não tem mais a bicicleta. Considera também a hipótese de trabalhar numa chácara, nos arredores da cidade, onde poderia tomar banho de córrego e pescar, como na roça. Apregoa bons princípios e boas relações no seio da família. Sua versão, entretanto, é obviamente para uso externo.

A família da mãe veio do interior de Goiás — mãe, pai, quatro irmãos, o tio e a avó, e ela mesma, com apenas 7 anos de idade. O motivo da migração: trabalhavam em terra alheia. O pai de Robson chegou à cidade, procedente da roça, com 18 anos. De trabalhador rural transformou-se em servente, depois armador, na construção civil. Atualmente trabalha na COMURG (Companhia de limpeza urbana de Goiânia). Além de Robson, o casal tem mais dois filhos — uma menina de 13 e um menino de 7. A mãe trabalha fora desde que se casou, com 15 anos. Ganha um salário mínimo e meio como auxiliar de cozinha, num pequeno restaurante. Entra às sete da manhã e sai às três e meia da tarde. Quem cuida da casa é uma sobrinha que mora com ela. A filha estuda à tarde e sua participação nos afazeres domésticos é limitada. Os pais investem na sua formação, esperando vê-la secretária. As relações com Robson são conflitivas. Estão descontentes com a atividade do filho, à qual atribuem os rumos indesejáveis que a vida deste vem tomando. Foram contra a sua saída para trabalhar. A mãe tentou impedi-lo por considerar que era muito pequeno e porque “os engraxates aprendem o que não presta: cheirar cola, roubar, andar em más companhias”. O pai quis expulsar o menino de casa. Tem vergonha do filho que volta para casa drogado. Não se falam e pouco se vêem, pois Robson prefere dormir no depósito de papel, durante a semana. Em casa, suas relações com a irmã são tumultuosas, pois ela o considera um *maloqueiro*. Acusa-o de ter roubado uma bicicleta, que ele alega ter comprado, em boa fé, de um colega. A polícia veio recuperá-la, causando grande constrangimento à família. Robson considera a irmã uma “fuxiqueira”, atribuindo-lhe ainda distúrbios mentais, causados pelo fantasma de sua gêmea falecida. Como prova, cita a enurese noturna da irmã.

A mãe se confessa incapaz de dar conta da situação. Assim, resolveu mandá-lo para um internato, por intercessão de sua patroa. Nele residem suas únicas esperanças. Acredita que lá Robson possa recuperar-se, pois “vai tomar remédio e vai trabalhar”.

2.3. A “cabeça virada” de Jr.

O pai de Jr., seu Virgulino, tem quarenta e três anos e é nascido e criado no interior de Minas Gerais. Os pais dele eram lavradores em terra própria, perto do Rio São Francisco. Fez serviço militar no Espírito Santo e virou carpinteiro. De lá migrou para Brasília, onde conheceu sua esposa, proveniente do sertão baiano. Da cidade satélite de Ceilândia mudou-se para Goiânia, pois a vida era cara, o ambiente (“vizinhos”) ruim e o mercado de trabalho restrito. O casal teve sete filhos — cinco meninos (incluindo Jr.) e duas meninas. A esposa é diarista e

ele mesmo está desempregado, “recebendo seguro”. Fabrica cocadas para vender na rua.

Jr. começou a fugir quando foi vender cocada para ajudar o pai. No início trabalhava direito. Entregava o dinheiro em casa. Depois foi assaltado três vezes. Em todas ficou sem as cocadas. Desde então desandou a ficar na rua. Já sumiu de casa seis vezes. Na última ficou fora quatorze dias, até ser localizado pelo pai, numa praça do centro de Goiânia. O pai declarou-se perplexo, pois não consegue explicar as fugas de Jr. Não o considera ruim. Apenas não se pode confiar nele quando sai por conta própria. Quanto ao motivo, a única hipótese que lhe parece plausível é a das más influências que lhe “viraram a cabeça”. Dos filhos, foi o único a tomar este rumo. O mais velho estuda e treina futebol a semana inteira. Sobre ele repousa a esperança que a família tem de um futuro melhor. O convite para fazer um teste num grande clube paulista parece justificar essas expectativas. Um outro irmão (10 anos) vende as cocadas do pai, estuda à tarde e quer ser pastor evangélico.

Diante da atitude de Jr., além de perplexo, o pai se considera impotente. Faz comparações: se tentasse educar seus filhos pelos padrões de seu próprio pai, não tem dúvida de que “sumiriam no mundo”. De resto, isto não seria mais possível, porque “o mundo de hoje virou tudo” — as leis impedem de surrar os filhos ou de expulsar as filhas, quando perdem a virgindade. A única solução que lhe ocorre nessas circunstâncias é internar o filho: “O resto não adianta... Ele não tem medo mais... Pegou a coragem da cidade”.

Jr. tem 12 anos de idade. Reconhece que gosta de ficar na rua e declara-se viciado em cola e esmalte que, segundo ele, “matam a fome”. Quando fica em casa trabalha: capina lotes, vende cocada, ajuda nos afazeres domésticos ou como servente de pedreiro, na vizinhança. Antigamente gostava de jogar bola. Treinava num time do outro lado da cidade. Voltava tarde. Os pais reclamavam muito, porque havia parado de estudar, tendo sido expulso do colégio. Num jogo de futebol conheceu um rapaz mais velho (14 anos), acabando por acompanhá-lo ao centro, numa experiência marcante — o começo da sua carreira de menino de rua. A vida na rua consiste, segundo ele, essencialmente, em divertir-se. Anda de um lado para o outro; pega *rabeira* nos ônibus; vê televisão nas portas das lojas; pede comida e dinheiro; cheira cola e esmalte e dorme com a turma nos *mocós* (esconderijos). Parece orgulhar-se do grupo (“nós somos muitos!”). Cada qual tem uma especialidade. Um furta nos ônibus; outro “bate carteira” na rua; outro ainda assalta lojas, e quase todos “fazem varal” (furtam roupas postas a secar nos quintais). Andar pela cidade é por si só uma aventura. É preciso reconhecer e respeitar os “territórios”. Cada turma tem seus domínios e as relações entre elas são tensas, configurando uma espécie de geopolítica dos bandos na cidade. A obediência de cada turma ao seu chefe é estrita. Quem entra dificilmente consegue sair. As sanções para a defecção incluem a morte, eventualidade na qual Jr. parece acreditar piamente.

Virgulino Jr. não revela nenhum entusiasmo pela volta ao lar. Idealiza um esquema que lhe permita “morar” na instituição (CRT) com os amigos (da rua) durante a semana, para visitar a família somente aos sábados e domingos. Virgulino “senior” perdeu a es-

perança. Já é conhecido no Centro de Triagem (CETI), fato que o constrange bastante. Tem vontade de recomendar que não levem mais o Jr. para casa. Com vergonha do filho, pergunta: “E quando ele começar a roubar?! Como vai ser?”

3. A retórica dos motivos

Oada história nos dá, ao seu modo, muito o que pensar. Todas elas têm algumas dimensões comuns. São semelhantes quando as consideramos do ponto de vista do nível de renda dos grupos familiares. Em nenhum deles se configura o caso da pobreza absoluta. São pobres, mas não são miseráveis. Os sintomas clássicos da desagregação familiar estão ausentes nas três situações descritas. Não há cônjuges solitários, nem padrastos ou madrastas. Tampouco se assinala a presença degenerativa do alcoolismo ou da doença mental. E nenhuma das famílias revelou indícios inequívocos de violência excessiva ou sistemática. Além disso, os três grupos familiares apresentam, na sua história recente, conjuntura de migração. Assim, ficam alinhadas e postas sob controle algumas das variáveis que, na reflexão acadêmica, têm servido de eixo às tentativas de explicar seja o fenômeno do trabalho infantil, seja a inquietante multiplicação dos meninos de rua.

Em cada um desses casos uma criança sai de casa para trabalhar em virtude de uma decisão que a leva a privar-se das regalias da infância, ou de boa parte delas. Em todos os casos o cenário desse drama é uma família estruturada de gente ordeira que passa por dificuldades análogas em razão de uma análoga escassez de meios de consumo. Nas três histórias encontramos um grupo similar de agentes e coagentes — as crianças, seus pais, às vezes algum parente. Em cada uma delas o meio pelo qual se dá a saída é a realização de algum tipo de trabalho: vender algo ou fazer algo com o intuito de obter dinheiro para ajudar nas despesas do grupo familiar, tendo em vista a sua reprodução social.

Apesar dessas similitudes, no entanto, os três casos relatados diferem nitidamente entre si. Distinguem-se, de imediato, ao nível dos fatos. No primeiro, o grupo consegue superar positivamente o drama, conservando-se intacto, seja na sua morfologia, seja na sua dinâmica, seja, finalmente, no *sentimento* de pertinência que consegue sustentar nos seus membros. No segundo caso, em que pese a sua integração morfológica persistente, há indícios nítidos de tensão na dinâmica do grupo, bem como um conflito aberto sobre as condições da pertinência à família. De certa forma podemos considerar que o ator, para nossos efeitos, principal, está com um pé na rua.

Na terceira história reconhecemos uma polaridade com relação à primeira. A saída para o trabalho dá início à segmentação do grupo, levando um de seus membros a trocar a casa pela rua. Ainda se trata de um processo em estágio inicial, pois a família ainda está empenhada em recompor o laço, embora já comece a consi-

derar a hipótese de declará-lo perempto, abandonando a luta. Numa dinâmica alterada pelo fracionamento, as dúvidas sobre a pertinência ao grupo começam a se instaurar de parte a parte. Virgulino pende para o CRT, reclusando seus contatos com a família, na melhor das hipóteses, aos fins de semana. A família, incapaz de manter a adesão de Jr., tanto ao grupo quanto aos seus valores, deposita sua última esperança na hipótese de uma solução heterônima — o internamento. Ao mesmo tempo deixa entrever que não descarta a hipótese mais radical da exclusão pura e simples: “às vezes tenho vontade de largar pra lá, de dizer que não levem mais ele lá em casa”, são as palavras de *seu* Virgulino.

Assim, nos três casos, estruturas dramáticas similares apresentam resultados diferentes. Em cada caso, porém, desenvolve-se uma argumentação que procura explicar o desfecho, valendo-se de uma retórica de motivos. De certa forma, definem-se estratégias de explicação para o drama, que giram em torno de uma tópica comum em que o trabalho aparece, ora como necessidade e virtude, ora como risco.

3.1. O trabalho como necessidade, virtude e risco

— “Foi a necessidade. Ela é a mãe da precisão”.

Esta fórmula da mãe de um menino de 13 anos que trabalha desde os nove, faz parte da tópica do sensocomum vigente no universo da pesquisa. Como tal apresenta as qualidades de todos os enunciados de sensocomum, tal como os definiu Clifford Geertz. É uma assertiva que se distingue pelo seu caráter, ao mesmo tempo natural, prático, inetódico e acessível (Geertz, 1983:85). Nela os termos *necessidade* e *precisão* se distinguem quanto ao significado. A necessidade consiste, no caso, em um estado de carência. Este estado que se resume, em outra explicação, quando o seu autor constata que resolveu sair para trabalhar “porque faltavam as coisas em casa”.

No contexto do caso específico da nossa fórmula-epígrafe, a necessidade se configura a partir da incapacidade dos pais para prover a família com os requisitos imprescindíveis para sua reprodução cotidiana, pois ambos são portadores do mal de Chagas, sendo o pai, além disso, doente mental — “um morto em pé”, como diz a mãe. A carência, a percepção de que se está *passando necessidade*, engendra a *precisão*, isto é, faz com que seja concebida a decisão de destinar outro membro do grupo à tarefa de obtenção de recursos no mercado de trabalho.

Esse tipo de circunstância surge de forma generalizada quando as famílias e/ou crianças enunciam os motivos aos quais deve atribuir-se a saída dos filhos para uma atividade laboral. As maneiras com que se referem ao contexto da necessidade são variações em torno do mesmo tema: as crianças têm de sair para “ajudar em casa”, “ajudar no sustento da família”, “complementar a renda”, “porque os pais ganham pouco”, “para melhorar de vida”, “porque o dinheiro não dá”, “por causa das dificuldades da família”, “em virtude das condições financeiras” (isto é, da falta de-

las), “para ajudar nas despesas” e assim por diante.

Em alguns casos a necessidade pode ser vista como decorrente de algum tipo de infortúnio, incluindo doença, invalidez, morte ou qualquer outra forma de falecimento dos provedores (ou ao menos de um deles), como no caso da separação ou do desemprego. Nenhuma dessas circunstâncias, entretanto, é imprescindível. Podem estar presentes pai e mãe, válidos e empregados, e ainda assim configurar-se a insuficiência do provimento, isto é, o estado de necessidade.

A decisão de “incentivar” os filhos ao trabalho, ou de “permitir” que os filhos trabalhem, ou ainda de “botar os filhos para trabalhar”, entretanto, não é concebida pelos atores do drama como algo que se reduza ao nível da mera estratégia de sobrevivência. Além de solucionar uma insuficiência de meios, identificada como tal, essa decisão costuma invocar motivos de outra natureza. Reiteradamente, surge o argumento de que a criança foi trabalhar porque “já estava na hora”, atribuindo a decisão à chegada e à identificação correta do momento em que, não só se precisa, como se *deve* trabalhar. O reconhecimento de que é chegada a hora de trabalhar se atualiza de forma diferenciada. Ora é percebido pelos pais, ora pelas próprias crianças. No primeiro caso, a atuação dos pais varia ao longo de um gradiente que vai desde o sugerir, incentivar e orientar, até o constatar e impor. A mãe de um vendedor de picolé de 11 anos de idade, por exemplo, declarou ao entrevistador que os filhos já podiam sair e trabalhar para ajudar em casa. E, segundo o menino, “que não gosta de ser obrigado a vender picolé na rua, ele não pode ficar em casa porque “a mãe põe para correr” e, se ele se mostrar renitente, “bate nele”.

No segundo caso, a iniciativa parte da própria criança. Esta percebe de algum modo que deve ajudar e toma a iniciativa de procurar trabalho espontaneamente. Os casos em que isso acontece são mais numerosos do que se tenderia a supor, dada a alienação que se costuma atribuir aos infantes. Algumas vezes as crianças simplesmente interpretam, de forma conseqüente, determinados sintomas, como, por exemplo, a falta de coisas em casa, ou a recorrência dos conflitos em torno da alocação dos recursos financeiros. Um vendedor ambulante, de 13 anos, resume esta situação quando declina os motivos que o levaram a vender picolé: “Todos em casa ficavam só brigando por causa de dinheiro. Na escola eu ficava com fome, morria de vontade de comer aquilo que os meninos comiam no intervalo. Então fui ganhar o meu”.

A necessidade ou vontade de ganhar o seu próprio dinheiro é um tema recorrente nessa retórica de motivos. Uma das situações estereotipadas que a pesquisa identificou é a da criança que formula certas demandas de consumo que não podem ser atendidas pelos pais. Esta é uma fonte comum de frustrações e conflitos. Nestes casos, o trabalho abre a perspectiva de “ter as suas coisas”: doces, refrigerantes, brinquedos, roupas e calçados, material escolar.

Na medida em que se possa “ganhar o próprio dinheiro”, entretanto, ganha-se não só a possibilidade de complementar o consumo da família e de garantir as suas próprias necessidades ou desejos, mas, graças a isto, além de acostumar-se a trabalhar desde pequeno, aprende-se a sentir “o gosto do dinheiro na mão” e a dar valor ao que se ganha com o próprio esforço.

Além dessas determinações internas ao grupo do-

méstico, a decisão pode sofrer a influência de certos co-agentes que lhe são socialmente contíguos. Assim, pode acontecer que o menino tenha sido convidado pelos amigos a engajar-se na atividade, ou que tenha tido a idéia de fazer a mesma coisa e lhes tenha proposto juntar-se a eles. Quer tenham servido de conselheiros, ou apenas de estímulo e exemplo, muitas vezes os vizinhos, amigos, parentes ou conhecidos participam da decisão, ajudando, portanto, a determinar esse ponto estratégico para a reprodução da família em que esta destina ao mercado de trabalho um novo membro.

Dessa perspectiva, a decisão de trabalhar é apreendida, ao mesmo tempo, como necessidade e virtude. Graças a ela, a família como unidade de renda poderá prover melhor suas necessidades de consumo enquanto grupo. Altruística ou interessadamente, o indivíduo é levado a assumir um papel em sintonia com um certo estado de coisas, do qual a necessidade é uma variável fundamental. Ao assumir o papel adquire, ao lado do hábito de trabalhar (“desde pequeno”), o sentido do valor (“das coisas conquistadas com o próprio esforço”), o gosto da disponibilidade financeira (“dinheiro na mão”), a capacidade de fruir (“ter as coisas que queria e os pais não podiam dar”), a independência relativa ao grupo (“não precisar pedir”) e o seu respeito (“a gente fica com o moral mais elevado e aí a conversa é em outro nível”).

Este mesmo resultado, visto pelo ângulo da família, leva à constatação da mudança no relacionamento da criança com o grupo. De um modo geral, costuma dizer-se que ela passou a ser “mais responsável”, “mais humilde”, “menos exigente” (“mais satisfeita”), “mais calma”, “mais educada”, “mais respeitada”; que “briga menos em casa” e “faz as coisas com boa vontade”; que se tornou “mais independente”; em suma, que “melhorou”. Compreende-se, pois, que ocorram alterações no sistema de atitudes pelo qual se pauta a dinâmica interna do grupo. Este começa a dar-se conta de que a criança, na verdade, já começa a levar vida de adulto. Esta, por sua vez, começa a constatar que algo mudou: ela é mais ouvida e menos punida.

Tudo isto tem, no entanto, um preço. E este preço é o tempo da infância. O trabalho não se pode realizar senão à custa do tempo livre que era função de sua ausência. E não apenas o tempo livre, mas, com frequência, também o tempo destinado à sua formação escolar. Esse custo, no entanto, constitui o escândalo que é a pedra de toque da *teoria da infância traída*. Esta não resulta, apenas, de uma percepção externa. Há quem a reivindique no próprio universo das crianças trabalhadoras. Uma delas, um engraxate de apenas 10 anos, por exemplo, acha que “os pais deveriam trabalhar mais, para que os filhos ficassem mais em casa”.

Na verdade, entretanto, um dos motivos constantemente invocados para justificar o oportuno do ingresso na esfera do trabalho prende-se ao caráter problemático que se atribui ao tempo livre. Para muitos, é bom que as crianças trabalhem, justamente, para não permanecerem desocupadas (“eu vivia preocupada com o fato dos filhos viverem desocupados”). Não é bom, portanto, para as crianças, ficarem à-toa, seja em casa, seja na rua. Em casa, porque isto eleva a frequência dos conflitos, não só com os irmãos, mas também com os pais. Na rua, porque aumentam os riscos na medida em que

se reduzem as possibilidades de controle.

Começar cedo no trabalho significa ocupar o tempo e aprender algo — a vender, a coletar, a prestar determinados serviços e, em alguns casos, talvez, um ofício. Mas significa também evitar as más companhias e, com elas, o aprendizado “daquilo que não presta”. Seria precipitado, no entanto, concluir que essa troca do tempo livre pelo trabalho implica em pura perda. Um menino de 12 anos, que há mais ou menos um ano vende *laranjinha*, ilustra uma virtualidade positiva dessa troca: “Sentia falta de colegas”, afirma. “O trabalho é como um divertimento — colegas, novos amigos e contato com pessoas que não fazem parte da família. É uma coisa importante. Fico o dia todo na rua e, à tarde, volto com novidades para comentar, principalmente, com as minhas irmãs”.

Passar os dias na rua com os colegas e amigos, ainda que a propósito do trabalho, pode, no entanto, ter implicações bem menos construtivas, do ponto de vista da família. Nenhuma família ignora esse potencial de risco inerente à decisão crítica que teve de tomar, indicar ou apoiar. Nesse sentido, o exemplo do pai de Virgulino é ilustrativo. Mesmo que desejasse manter-se alienado, não o teria podido, pois, de acordo com o seu depoimento, houve pessoas que o alertaram para esse risco. Mas o que é, precisamente, que a família não ignora? São duas coisas. A primeira é que “podem fazer alguma maldade com as crianças”. E isto se refere, em geral, a atos que partem de outras crianças. Qual é a mãe que não teme que os filhos sejam assaltados e agredidos pelos *maloqueiros*?

O segundo motivo de preocupação resulta da intuição clara e justificada de que a função manifesta desse tipo de maldade possa corresponder uma função bastante mais temível. Não é tanto do constrangimento físico que a família tem medo, mas da possibilidade de se constituir a partir dele algum tipo de relação positiva, isto é, que os algozes do filho venham a transformar-se nas suas “más companhias”. O assalto pode, afinal, não passar de uma provocação, de uma forma de chamar para o seu campo quem está em outro. Assim, podemos compreender a insistência das mães quando conjuram os filhos a não reagir, a não retrucar, propondo-lhes, diante dos meninos de rua, uma atitude de evitação, que equivale à recusa de qualquer relacionamento, como se temessem a sempre possível transformação do conflito em cooperação. Diante dessa hipótese, a necessidade só se impõe como *ultima ratio*, pois todas as demais motivações positivas de trabalho ficam relativizadas pela magnitude do risco. Uma das mães de criança trabalhadora, a daquele menino que diz que “os pais deveriam trabalhar mais para que os filhos ficassem mais em casa”, formula a situação com toda a clareza quando diz: “Não gosto que ele trabalhe, por causa das más companhias, crianças sujas e malcriadas, mas ele tem de arranjar um dinheirinho vendendo umas coisinhas”. Essa mãe sabe do que está falando, pois, no caso do filho dela, os riscos já não são apenas potenciais, porque o menino mudou no seu comportamento: ficou malcriado e não diz mais para onde vai...

Do ponto de vista da casa, isto é, da lógica da família, representada no discurso dos pais, o maior dos riscos é o de que a criança venha a *se enturmar*. A vinculação com a “colegagem da rua” é o caminho que leva

ao uso do tóxico e à realização de atividades ilícitas. A gravidade do problema, entretanto, não se reduz à prática de atos que a moralidade vigente, encarnada na família, reprova e reprime. *Enturmar-se* é grave porque implica na perda da ascendência do grupo doméstico sobre o menor. Ou, para ser mais preciso, na substituição da ascendência da família pela ascendência do *grupo de pares* que é a turma.

3.2. Nem pai, nem patrão: a razão dos enturmados

Uma frase — “cada caso é um caso” — quase sempre pronunciada em tom de advertência, marcou todo o contato inicial com o contexto da pesquisa. Essa frase revelou-se significativa não só pelas suas sucessivas reiterações, como também por esse caráter desconcertante que costumam ter os enunciados tautológicos. Desconcertante, sobretudo, porque a sua eventual aceitação tenderia a anular, de saída, toda a possibilidade de generalização, propósito final almejado por qualquer pesquisa.

Como fato ilustrativo dessa impossibilidade de generalizar evocou-se, por mais de uma vez, o caso de um menino de rua, considerado o mais cabal exemplo de interveniência de um fator aleatório na determinação da trajetória que leva uma criança para a rua. Conta-se o caso só para concluí-lo com o mesmo lugar-comum, agora formulado como um repto à capacidade de superação do dado empírico: como bem demonstrava a história, cada caso era mesmo um caso.

O filho do azar

A família de Zuenir veio do Piauí. Ele mesmo nasceu logo depois de chegarem à Goiânia. Era o sétimo filho do casal que lutava, em condições muito difíceis, para manter-se na cidade. O pai, após ter contraído tuberculose, perdeu o emprego. De acordo com a versão mais corrente, a mãe de Zuenir, logo após o parto, teve psicose puerperal. Em virtude desta, o seu relacionamento com o recém-nascido foi extremamente difícil. Na sua concepção, esse quadro problemático adquiria o seu significado em função de um fato que se podia datar e interpretar com exatidão: como o sétimo na ordem de nascimento, Zuenir era “o filho do azar”. Todo o seu comportamento com relação ao menino é explicado a partir dessa atribuição negativa. Desse modo, a infância de Zuenir foi marcada pela recorrência do que se costuma designar como maus-tratos, pois a mãe o mantinha preso, amarrando-o em casa. Em determinado momento, parece ter chegado à conclusão de que o menino deveria sair de casa para que ela se curasse. Impelindo-o, embora, para a rua, consta que a mãe o acompanhava, “porque sentia uma coisa ruim”. Zuenir tinha cinco anos quando se

iniciou esse processo e dezessete incompletos quando adoeceu de meningite e morreu, cumprindo a sua sina de “filho do azar”. Seus pais tiveram mais quatro filhos. Nenhum dos dez irmãos, entretanto, deixou a casa paterna.

O caso de Zuenir, no qual uma doença é interpretada como conseqüência de um nascimento desafortunado, soluciona-se pela exclusão. Esta assume, inicialmente, a forma de confinamento (imobilização em casa), transforma-se em seguida em expulsão (movimento induzido para a rua) e termina com a morte, forma mais acabada e definida do processo. Por suas características, essa história parecia apropriada para ilustrar, de forma emblemática, a idiosincrasia das trajetórias, pressuposto da convicção de que “cada caso é um caso”. O que tinha levado esse menino para a rua não era algo que pudesse ser imputado a nenhuma das causas *razoáveis* que costumam servir de explicação para o fenômeno. Mais do que uma decorrência *natural* das carências de uma família pobre e numerosa, ou de eventuais formas perversas de atualização dos papéis, trata-se aqui da incidência do infortúnio, da manifestação de uma fatalidade, cuja força ultrapassa a razão dos atores. Estes agem sob o influxo de uma determinação superior, como se não tivessem escolha. A irracionalidade do curso dessa ação evidencia-se de forma brutal, diante do destino, certamente não aprazível, porém regular, dos demais irmãos de Zuenir. Tudo faz prever que lhes caberá, chegada a hora, contribuir para o sustento próprio e da família, como acontece com a maioria das crianças pertencentes ao seu mesmo estrato social. Para Zuenir, nem esta chance existiu. Seu lugar na família era uma *anomalia*, de cuja eliminação se esperava o restabelecimento da ordem, tal como parece ter acontecido.

O mesmo senso-comum que invocava “o filho do azar” como prova da inutilidade de qualquer tentativa de generalização sobre a *genealogia do mal*, passava, no momento seguinte, a uma argumentação cujas razões tendiam a colidir, frontalmente, com a idéia da irredutibilidade dos casos. Cada narrativa acrescentada à história trágica de Zuenir aplicava-se à tarefa da explicação das trajetórias dos meninos de rua, procurando derivá-las do contexto familiar dessas crianças. Com essa finalidade, o que se buscava destacar eram sempre as condições de deterioração dos relacionamentos no interior da família. Tratava-se de apontar a precariedade endêmica dos contextos familiares.

Em torno desse tema pudemos recolher, em campo, uma farta casuística:

Carla, que tem 17 anos, foi para a rua com doze, seguindo a irmã mais velha. Esta deixou a casa por causa do pai que bebia muito, “ficava nervoso” e espancava as filhas. Após a sua morte, violenta (amarrado em um burro em disparada foi arrastado até morrer), há dois anos atrás, a família vive em situação de extrema miséria. São doze pessoas repartindo os 20m² de um barraco coberto de lona, juntamente com alguns animais de criação. “Lalá”, como é conhecida, tem uma filha de um ano e três meses que fica com a mãe. Outra irmã, mais nova, foi para a rua logo depois dela e também está

esperando filho. Oscila entre a casa, a rua e a instituição. Consegue dinheiro "namorando com alguns homens". No futuro, pretende, segundo diz, "trabalhar, comprar um lote e cuidar da filha".

*

Antenor, ou "Galeguinbo", como é chamado na rua, é o sexto de nove irmãos, dos quais três são mulheres. Os pais se separaram em meio aos mais sérios atritos. Após a separação, as crianças ficaram sozinhas em casa. Foi a partir daí que o menino começou a sair, inicialmente para catar papel e depois para engraxar sapatos. Para essa saída contribuiu, de acordo com o próprio Antenor, a sua péssima relação com o pai, que o espancava quando o pegava jogando bola na rua. Reconhece que "tem ódio do pai". Quando foi engraxar, roubaram-lhe a caixa e não teve dinheiro para comprar outra. A partir daí integrou-se a um grupo de mais ou menos quinze menores que frequentam a Praça do Cruzeiro. Inquieto e brigão, "Galeguinbo" tem um prontuário de mais de cem entradas no Centro de Triagem. "Gosta de cheirar cola" e já se envolveu em "furtos e arruaças". Revela carinho para com a mãe, ao mesmo tempo que reitera a sua "revolta" para com o pai. Já tem outro irmão na rua. Atualmente com 15 anos de idade, há dois mora, "definitivamente", na Praça, às vezes no CRT.

*

Wellington "Ropinauta" é veterano na rua. Tem 17 anos e saiu a primeira vez quando tinha apenas seis. Foi trabalhar e não voltou, sendo recambiado pelo Juizado de Menores. Desde os quatro anos de idade não tem pai. Sua relação com a mãe é muito difícil e conflituosa ("mãe muito nervosa"). Ambos são muito agressivos. Tiveram uma briga quando Wellington tinha 11 anos. A surra começou na rua e terminou em casa. O menino ficou ensangüentado, pois apanhou com uma ripa. Com isso fugiu e só voltou um ano depois. Daí por diante, entretanto, não voltou a viver com a sua família (mãe, cinco irmãos e dois sobrinhos). Permaneceu na rua até integrar-se a uma instituição. Demonstra certa preocupação para com a mãe. Acha que lhe dá muita preocupação, mas alega não poder voltar para a casa enquanto a mesma não for aumentada ("não cabe lá") e ele não tiver condições de ajudar a mãe. Esta vê tudo de outro ângulo. Considera que o filho "sabe se cuidar bem e já está acostumado na rua". Sente-se tranqüila por sabê-lo na instituição, onde julga que esteja melhor do que em casa. Não tem nenhuma expectativa quanto a sua volta.

*

Dea é uma menina de beleza exótica, o que lhe valeu o cognome de "Caboclinha". Trabalhava desde os 9 anos como empregada doméstica e babá. Em casa, apanhava muito do pai que, não contente de bater-lhe com fio de ferro de engomar e cinto, jogava-a no chão e pisava. Por essa época começou a mentir. Dizia que ia dormir no emprego, quando, na verdade,

ia para a rua. Lá conheceu os menores de rua, que começaram a levá-la para festas. E ela foi se acostumando "com esse ritmo de vida". Além das festas, gosta de furtar roupas ("fazer varal"), ouvir música e fazer sexo com o namorado. Com doze, já está há dois anos na rua, para onde levou também sua irmã de quatorze. "Minha vida é triste", afirma. Ao mesmo tempo, recua diante da idéia de mudar de vida, adiando essa resolução para quando tiver quinze anos. "Por enquanto", acrescenta, "quero curtir mais; descobrir as coisas do mundo. O dia da volta vai chegar". Sua experiência na escola revela-se igualmente turbulenta. Briga muito. Em casa, aparece pouco e, segundo a família, "só vem para comer e dormir", pois "é muito preguiçosa e não gosta de ajudar". Ela mesma diz que não gosta de demorar-se com a família porque "detesta as fofocas dos vizinhos". Quanto à mudança de vida, sua mãe admite que "se ela firmar a cabeça e deixar os amigos pode ter uma vida boa". "Caboclinha" tem absoluta clareza quanto à diferença da sua condição, que opõe à dos irmãos menores, Marcos e João, dos quais o último já trabalha vendendo laranjinha — "mas ele é um menino de casa", acrescenta, enfática. Constatação pertinente quando se considera que ela mesma, com onze anos apenas, já era uma "garota de programa na sauna do seu Tarzan".

*

Saulo é conhecido na rua como "Mussum". Sua família veio de um outro estado. O pai batia na mãe e acabou arranjando outra mulher. O último contato dele com o menino foi há seis meses. A mãe é lavadeira e passadeira. Atualmente vive sozinha. Teve um companheiro que não aceitava Saulo. Bebia e surrava-o com um chicote, obrigando-o a dormir fora de casa. Sua relação com os filhos do padrasto era igualmente conflituosa. Há mais ou menos um ano Saulo saiu de casa. No começo ia e voltava. Depois, "foi em definitivo". Ficou fora seis meses. A mãe acha que "ele gosta de viver assim". Tem medo que esteja roubando e teme as pessoas com quem tem andado. Diz que "não sabe o que ele quer". "Mussum" não deseja voltar para a casa, mas quando se toca no futuro, afirma que "pretende trabalhar de marceneiro, ajudar a mãe, comprar uma casa e abrir uma caderneta de poupança". A trajetória de "Mussum" é significativa: começou como engraxate, depois "largou da caixa", enturmou-se com uns "meninos vadios" que encontrou na rua. Com eles roubava e pedia. Foi recolhido pelo Juizado e encaminhado para uma instituição. Não se adaptou. Agora está em outra, onde afirma ter muitos amigos com os quais vai a festas de aniversário, dançar lambada e fazer passeios.

*

Kelly já tem cinco anos na rua e considera que a experiência a fez ficar mais adulta: "antes só ia pela cabeça das outras amigas; hoje, já penso pela minha cabeça". Atualmente vive numa instituição e segue um curso profissionalizante. Quando se fala em voltar para casa, esclarece que não alimenta

qualquer intenção neste sentido. Sua versão sobre a própria saída reúne diversos motivos, todos eles ponderáveis. Em casa, Kelly ajudava nas tarefas do lar. Antes de ir para a escola arrumava a cozinha. Tomava conta do sobrinho e ainda apanhava da mãe. O pai tinha um mercadinho. Kelly não se sente bem perto dele, pois, quando tinha nove anos, “tentou tocar no corpo” dela. A tudo isso veio acrescentar-se o fato de ter a menina descoberto que estes não eram seus pais: “minha verdadeira mãe é uma mulher da vida”, explica. Esse quadro ganha mais sentido quando se considera que a madrasta, procurada para conceder uma entrevista sobre Kelly, negou de início conhecer alguém com esse nome. Seja como for, aos 12 anos de idade conheceu umas amigas e teve vontade de ir para a rua. Sempre que pensa no tempo em que morava com a mãe substituíta termina por concluir: “eu não tive infância”. Entretanto, quando olha para o futuro, faz planos de estudar, casar, ter um lar e filhos. Kelly tem 17 anos.

*

Josias, “JC”, está na rua há dois anos e há mais de um não tem qualquer contato com a família. Saiu quando começou a trabalhar como jornalista. Travou conhecimento com os meninos de rua e se enturmou. O pai, então, disse-lhe que não queria mais vê-lo em casa. “JC” percebeu que ele não estava brincando e foi embora. Atualmente, oscila entre a instituição e a rua. Seu ponto é a Praça do Cruzeiro. Quando está na rua, faz bagunça, briga, “cheira cola” e pega “rabeira”. Ao falar dessa experiência revela um certo desencanto: “Viver na rua já foi bom; já curti, foi massa. Foi tipo brincadeira de criança... como brincar de bola... hoje não dá mais”. Voltar para casa é coisa que não lhe passa pela cabeça. Admite morrer na rua de fome, mas em hipótese nenhuma voltar para o convívio familiar. Quer viver a própria vida. Sua aversão à família é profunda; menciona o castigo corporal (“ficar de joelhos em tampinhas”), umas “facadas” que deu no irmão e a sua ojeriza ao pai. Faz uma espécie de declaração de misantropia quando diz não gostar de ninguém, só de si mesmo “e olhe lá!”. Por isso, embora considere bom ficar na instituição, preferia ter um lugar próprio, “para os outros não ficarem enchendo o saco”. Para a família, ele tem um trauma relacionado com a perda da mãe quando tinha um ano de idade. Coerente com essa aversão, “JC” ignora os membros da família quando os encontra por acaso nas ruas da cidade. No futuro, entretanto, pretende ter uma casa, mulher, filhos e cuidar deles, mas se não der conta... mata todo mundo.

*

Israel, “Esqueleto”, teve o pai assassinado em Rondônia “numa briga de boate”. A mãe veio para Goiânia onde se casou outra vez. O padrasto tratava-os mal. Só fazia bater. A mãe teve um derrame cerebral, levou os filhos para o CRT e foi para Araguaína. Desde então não se sabe do seu paradeiro. A irmã se prostituiu e desapareceu. Com isso, a família do “Esqueleto” se resume ao seu irmão

mais velho, que é professor de artes marciais numa academia e tem se esforçado no sentido de recuperar o menino. Chegou a interná-lo numa instituição onde fazia caixões, mas Israel fugiu e voltou para o CRT. Faz um curso profissionalizante, afirma “não mexer mais com drogas”, quer ter família, servir na Marinha e seguir carreira.

*

Pedro “Pança” e Éverton “Rucinho” são da mesma idade e têm várias semelhanças entre si. Ambos não têm pai e suas mães trabalham fora o dia todo. A mãe de “Pança” atribui a esse fato a saída do filho para a rua. Diz que o abandonou e que, por isso, depois de ir para o centro da cidade, foi ficando por lá, pois conheceu um grupo de “cheiradores de cola”. Pedro relaciona a sua saída à separação dos pais. Começou a ir com os colegas para o Parque Mutirama e passou a gostar de ficar na rua. Tinha, então, 8 anos. Passados cinco anos voltou para casa e declara não querer mais ser menino de rua. A mãe, no entanto, acha que “ele continua custoso”, que “pega o alheio” e não lhe obedece (“tem dia que fico sem esperança”). A razão do seu desânimo está no ambiente do lugar onde moram, onde há, segundo ela, muitos meninos cheirando cola e roubando. Costumam levar o seu filho e obrigá-lo a comprar cola de sapateiro; ameaçam bater nele se não fizer o que mandam. O “Pança” acha que está melhor em casa do que na rua. Gostava da rua, no entanto. Sentia-se livre! Podia andar de um lado para outro. A instituição não lhe agradou. Queixou-se da pouca disciplina e de ser roubado pelos colegas. Quer estudar, trabalhar e ser policial.

Éverton também saiu porque a mãe trabalhava fora e ele não gostava de ficar em casa sozinho. “Foi ficando no centro; não voltava da escola para casa por causa dos atrativos da rua — as companhias, as amizades na rua, a cola, o esmalte, o vaivém das pessoas”, explica a mãe. Depois de quase dois anos na rua, “Rucinho” vai e volta. Agora já está há algum tempo em casa. “Tenho vontade de ficar em casa, mas gosto de ficar na rua” — eis o dilema de um menino, do qual se constata que “é meigo e educado”, mas que os outros meninos de rua manobram com facilidade.

*

Silvio é o segundo de seis irmãos do quais apenas um é mulher. Tem pai e mãe. A família mora numa casa de dois quartos, com todos os equipamentos básicos. Está com 15 anos de idade e durante mais ou menos seis meses esteve na rua, onde dormia em casas abandonadas e no portal da Igreja de São Judas Tadeu. Cata material para o ferro-velho, nos fins de semana. Esteve no CFM. Atualmente, faz um curso profissionalizante numa OEC (Oficina de Educação Comunitária). Considera boa a perspectiva de tornar-se serralheiro. Quanto aos motivos que o levaram para a rua, a família invoca as “más companhias e influências”, enquanto ele mesmo diz, apenas, que “deu vontade”: que “conheceu uma turma e ficou com eles na rua”.

Afirma, no entanto, que durante esse tempo ficava mais sozinho (“não andava muito com a turma”) e que nunca usou qualquer tipo de droga. Acha que a sua situação mudou — a mãe o trata melhor, agora. Não se tornou agressivo, mas manifesta desejos contraditórios: ora tem vontade de ficar com os meninos de rua, ora quer trabalhar e ter uma profissão. Mais que tudo, no entanto, o que surpreende no caso de Sílvio (que, significativamente, não tem apelido) é o fato de estar ausente qualquer menção à carência e/ou violência como justificativas do que aconteceu a ele.

3.3 Cada caso é um caso

A fórmula “cada caso é um caso” não deve ser objeto nem de uma adesão, nem de uma rejeição ingênuas. A primeira equivaleria a abandonar qualquer tentativa de explicação do fenômeno em favor da atualização interminável de casos, numa seqüência para todo sempre aberta. A segunda nos levaria a subestimar o discurso do senso comum, desqualificando-o como modo de conhecimento, pelo simples fato de resistir à aplicação dos critérios pelos quais costuma pautar-se o modo de argumentação que prevalece nos meios acadêmicos.

Se levarmos em conta que essa fórmula foi empregada sempre por técnicos do sistema de atendimento do menor, tal como existe em Goiânia, isto é, por pessoas contínua e profundamente mergulhadas em contextos de ação, e admitindo a pertinência do senso comum como sistema cultural (Geertz, 1983), consideramos fundamental descobrir a função que lhe cabe no campo discursivo articulado em torno da “questão do menor”.

Ao afirmar que “cada caso é um caso”, o que se faz é, antes de tudo, ressaltar a “intratável diversidade da experiência” e, com ela, a sua contraditória riqueza. Em segundo lugar, vemos que ela contém um alerta contra a reivindicação, por parte da *expertise*, de qualquer mandato especial para tratar do assunto. Contra a arrogância reducionista do intelectualismo, insiste no fato tão notório quanto esquecido de que o mapa não é o mundo. Ademais, quem lida com programas de ação tem, na verdade, de resolver *casos*, tomando decisões que decorrem sempre da interpretação de conjuntos de variáveis muito mais complexamente articuladas do que seria possível prever na mais sofisticada simulação teórica. Finalmente, este lugar-comum traduz a percepção da singularidade dos *casos*, tal como estes são vivenciados na vida ativa.

Nada disso, entretanto, impede o recurso à teorização por parte daqueles que, num primeiro instante, são levados a postular a irredutibilidade dos casos a esquemas explicativos. O olhar orientado pela prática, cujo alvo é a eficácia da ação, não prescinde da crítica e das considerações especulativas, apenas relativiza as suas pretensões para evitar surpresas desagradáveis.

Por isso, a mesma pessoa segundo a qual “cada caso é um caso”, não hesita, no momento seguinte, em alinhar as razões pelas quais certas crianças vão parar

na rua. No elenco assim constituído aparecem determinadas variáveis. Menciona-se, por exemplo, a predominância das famílias de proveniência rural migradas para a cidade grande, onde se encontram, em geral, pouco adaptadas. Em seguida, constata-se a elevada taxa de pais ou padrastos, quer dizer, de provedores desempregados nas famílias dos meninos de rua. Daí se poderia derivar a necessidade da saída do menor para ganhar algum dinheiro, contribuindo para o sustento do grupo familiar. Esta saída não deve, entretanto, ser posta à conta das condições de pobreza tão somente. É necessário acrescentar-lhes, ainda, o fator recorrente de certas formas de desagregação na família. Em muitos casos isso não é o bastante, pois verifica-se a presença de outra variável motivacional, a curiosidade, que vê na saída para a rua uma aventura. Nessa aventura, finalmente, se une o útil ao agradável, porque, na maioria das vezes, o mundo da rua oferece mais conforto do que o grupo doméstico, permitindo escapar não só à vida parca, mas ainda da “cobrança” e da “alugação” a que se submete, irremediavelmente, quem vive no seio da família.

“Cada caso é um caso”, mas nem tanto assim, pois embora cada uma das histórias narradas se diferencie uma da outra, não se deixa de perceber nesse conjunto um perfil dramático comum. Algo como um repertório definido de cenários, personagens, enredos e desempenhos, em virtude de cuja recorrência variada se revelasse, aos poucos, uma espécie de padrão.

A sua apreensão é caleidoscópica e compreende um conjunto de variações em torno de alguns temas básicos. Todos esses temas giram em torno do mesmo núcleo dramático: uma criança sai de casa para viver na rua. Depois de conhecer uma dezena de dramas desse tipo, poder-se-iam inventar outros tantos sem muito esforço. Bastaria combinar alguns dos temas e cada nova trama evocaria as antecedentes e ecoaria nas subseqüentes. Por isso, convém considerar esses temas, mostrando como se integram na retórica dos motivos aplicada aos meninos de rua.

Há um conjunto de temas que se refere à casa e, por intermédio dela, à família. O primeiro é o tema da violência da qual é vítima a criança. Esta pode assumir diferentes formas. Em alguns casos, talvez na maioria, consiste numa variedade de constrangimentos físicos, que vão desde o confinamento até o espancamento, os abusos sexuais e, no extremo, a ameaça de morte, como ilustra o caso do menino que esqueceu de cuidar das codornas do pai, o qual, por isso, passou pelo pescoço do filho um alfinete. Os protagonistas dessas cenas são pais e mães; em alguns casos padrastos e madrastas, o que constitui uma agravante na percepção das crianças. Não raro essa violência endêmica é levada ao limite, quando relacionada com o alcoolismo, o desequilíbrio emocional e a “doença dos nervos”.

O constrangimento se exerce também pelo modo verbal, incluindo desde a descompostura e o xingamento, até a reiteração infundável de discursos admonitórios, acusatórios e reprobatórios, aos quais as crianças aludem quando empregam o termo “alugação”.

O constrangimento pode configurar-se, ainda, a partir de um processo de rejeição, quando padrastos ou madrastas se recusam a aceitar os seus enteados; ou quando as crianças descobrem que não são filhos de seus supostos pais, que os abandonaram.

Tão problemática quanto a casa violenta parece ser a casa vazia — outro tema recorrente da retórica dos motivos. A ausência continuada dos pais, ou de pessoas da geração ascendente que lhes façam as vezes, empobrece o grupo doméstico como instância de vida social. Em consequência, deixam de funcionar os dispositivos de controle. Junto com eles, desaparecem as atenções e cuidados, bem como os momentos de ritualização da unidade corporada do grupo.

Violenta ou vazia, em muitos dos casos, a casa representa para as crianças uma perspectiva de servidão. Isto é particularmente notável no caso das meninas que, com frequência, afirmam não terem tido infância por causa do fardo dos afazeres domésticos aos quais tinham de dedicar-se, lavando, limpando, cozinhando e cuidando dos irmãos:

Esse quadro mostra bem a transformação da casa, que deixa de ser um espaço onde a criança encontra abrigo, cuidado, orientação, ocasiões de sociabilidade e tempo livre para si mesma, para tornar-se num espaço de conflito, risco, solidão e servidão; onde, ao invés de lhe ser dada, a infância lhe é tolhida.

Diante do fato incontornável de que algum dos filhos (por vezes mais de um) trocou a casa pela rua, entretanto, a família tenta em geral eximir-se da responsabilidade, alegando seja a carência de recursos materiais, seja a influência das “más companhias” sobre os filhos. Como, no entanto, surge a oportunidade para que essas influências nefastas venham a se exercer? Há duas respostas para essa questão. A primeira invoca o trabalho, vendo nele a ocasião que propiciou ao menino (ou à menina) o encontro com a turma. A segunda resposta vê essa ocasião como fruto do estar à toa.

Não existe, até o momento, uma etnografia sistemática desse encontro. Tudo que se sabe é que, em virtude dele, a criança que se encontrava na rua, a trabalhar ou à toa, veio a ficar “de cabeça virada” e “enturmar-se”. O tema da “cabeça virada” volta constantemente no discurso dos pais quando procuram explicar os motivos que levaram os filhos a preferir a rua. Diante dele, é difícil não pensar num processo de *conversão* ou incorporação iniciática, como sugerem as palavras de uma mãe afirmando que a filha “já estava de cabeça feita na rua”.

Dois subtemas surgem ligados a essa conversão. O primeiro é o da “caixa roubada”. É, com pequenas variações, a história que se repete com tantos meninos que foram para a rua engraxar e não voltaram mais para casa. Todos eles mencionam um episódio crítico: os meninos de rua lhe roubaram a caixa. O segundo gira em torno da “cola” e do “esmalte”, que são as “drogas” de mais ampla circulação no mundo da rua. Não é infundado supor que o ato de “cheirar cola” seja emblemático da condição de menino de rua, constituindo-se, talvez, em um dos mais importantes princípios de afiliação a esse tipo de grupo. No caso da “caixa roubada”, entretanto, a violência precede a sedução, como se servisse para abrir-lhe o caminho. Ou melhor, como se “o roubo da caixa” representasse o corte de uma amarra, o desgarramento do caminho para a casa. Ou ainda, como se este ato oferecesse ao menino o motivo de que necessitava para tomar a decisão de não voltar. Talvez fosse oportuno acrescentar que o que acontece com a caixa do engraxate pode acontecer

também com o cesto de cocadas ou a caixa de bombons do ambulante. Em todos esses episódios, o que parece estar em jogo é a contestação de um valor por uma ação. Ao privar o menino da possibilidade de executar a sua tarefa, questiona-se, de modo radical, o trabalho como valor associado com a reprodução do grupo doméstico, ou seja, a família.

De um modo ou de outro, o que transparece na temática do “enturmar-se” é a acusação, dirigida pela família à criança, de ter preferido à sua casa uma sociabilidade espúria no mundo da rua — de ter trocado a família pela “turma”. Se, no entanto, existir um grão de verdade nessa alegação, cabe perguntar: o que a turma proporciona a esse trãnsfuga e que a família não pode proporcionar-lhe?

Para responder a essa pergunta será necessário apresentar, em síntese, uma etnografia do cotidiano dos meninos de rua. Nos seus pontos essenciais, este se confunde com a etnografia da turma, pois ela é o plano de organização social que mais contribui para tomar a vida na rua viável. Além disso, é através dela que essa vida alcança a sua configuração peculiar, isto é, aquilo que permite distingui-la como forma de vida *sui generis*.

A vida na rua se distingue, em primeiro lugar, por formas diferenciais de apropriação do espaço e alocação do tempo. O espaço onde costuma desenrolar-se é o centro da cidade. Este, porém, encontra-se dividido em territórios, cada qual estruturado a partir do epicentro de algum logradouro público, em geral uma praça. Um território compreende toda uma rede de pontos da qual fazem parte os lugares preferenciais de atuação das turmas, além de toda uma série de trajetos, circuitos, rotas e atalhos, mediante os quais essa rede se integra. Aos mapas cognitivos da cidade, em particular de cada um de seus recortes territoriais, cabe articular lugares de reunião, como a “Viela da Rua 7”, no caso das meninas de rua (cf. Felon, Martins *et alii*, 1986), lugares de dormir (“mocós”), áreas de “caça” e pontos de apoio. Entre os últimos, inclui-se, neste caso, o aparato institucional de atendimento, tal como existe em Goiânia.

A presença dos meninos e meninas de rua nesse sistema de lugares, ocorre, na maioria das vezes, sob a espécie do bando. Ninguém sai de casa para ficar na rua sozinho. E posto que o quisesse, o que não é provável, dados os inconvenientes práticos de uma tal decisão, não o poderia. Também sob esse ponto de vista o “roubo da caixa” é significativo, pois equivale à afirmação/constatação de que não se está diante de um vazio de poder. A existência da turma torna impossível qualquer veleidade de apropriação da rua de modo puramente individual.

Assim, a realização de qualquer uma das atividades inerentes ao cotidiano da rua pressupõe a turma. Com efeito, esta não é apenas o quadro que torna possível a maior parte das atividades, mas, também, a instância capaz de admiti-las e legitimá-las na sua esfera de influência.

Quais são, no entanto, essas práticas e de que modo se articulam para dar à vida na rua sua configuração própria e irreduzível, ou seja, a sua identidade? Como se combinam, nessas atividades, o aspecto instrumental e o aspecto expressivo? Que propósitos perseguem e segundo que tipo de temporalidade se dedicam à sua realização? O que, finalmente, resulta da

atualização dessa forma de vida que possa justificar a sua preferência na escolha dos meninos?

Em primeiro lugar, o cotidiano na rua impõe o "pedir". Esse recurso está inscrito, seja na piedade cristã, seja, mais recentemente, no desconforto gerado por um fenômeno convencionalmente incluído na noção de "dívida social". Apelar com êxito para esse tipo de sentimento é, talvez, a primeira lição da arte de sobrevivência diária nas ruas. "Pedir" constitui, além do mais, uma forma sobremaneira econômica de obtenção de recursos. Pode ser exercida a qualquer momento; não se prende nem a tempos nem a lugares demasiado específicos; e, bem sucedida, pode resultar num ganho que, de outro modo, demandaria um empenho muito mais demorado. Na rua podem obter-se melhores refeições, roupas, calçados, cobertores e mais dinheiro do que em casa ou através do trabalho. Por isso vale a pena pedir, aprendendo a mobilizar e aperfeiçoar os recursos histriônicos capazes de proporcionar o êxito da abordagem.

Depois de aprender a "pedir", aprende-se a furtar e a roubar. Esse tipo de ação, entretanto, já demanda a colaboração de outros. Para conseguir "bater uma carteira", arrebatar uma bolsa ou subtrair produtos de uma loja, é preciso agir em parceria com um ou mais colegas, que ajudam a distrair a atenção da vítima ("fazer pano"), a obstruir seus movimentos e a confundir os eventuais perseguidores na hora de se dispersar e garantir o produto do furto. No caso do roubo com arrombamento, o concurso dos colegas é igualmente imprescindível, seja na concepção do empreendimento, seja na sua execução. Furtar e roubar pressupõe a turma ainda por outro motivo. Ambas são atividades que envolvem técnica e saber. São habilidades que precisam ser aprendidas e treinadas. É na turma que se aprende desde o andar na rua, até o quê, de quem, como e quando furtar ou roubar.

O furto e o roubo definem um critério de classificação no universo dos meninos e meninas de rua. "Chorro" é quem "bate carteira", toma bolsas na corrida, surrupia a roupa dos varais e furta em lojas. Quem arromba butikues, farmácias, padarias, lojas de ferragens, sapatarias, residências, lanchonetes e *trailers* é "caxangueiro"; os da "caxanga" tendem a menosprezar os do "chorro". Criticam-nos porque suas vítimas são mulheres, velhos, aposentados ou pequenos funcionários que, não só constituem oponentes fracos, como são, em geral, pessoas que pouco ou nada possuem. Roubar deles é fácil, incerto e, sob determinado ângulo, iníquo. Em contrapartida, os "caxangueiros" orgulham-se dos seus empreendimentos porque implicam planejamento e risco, e, quando bem sucedidos, um farto botim. Essa diferenciação, entretanto, não exclui o fato de existirem, em cada um dos campos, mestres e artistas do ofício, disputados com frequência pelos "maiores", que exercem nas ruas suas práticas ilícitas.

A vida ativa das turmas contém, ainda, atividades que gratificam em uma outra dimensão, nem por isso menos valorizada. Todos os meninos e meninas de rua gostam de mencioná-las entre os seus passatempos favoritos: "andar para cima e para baixo", em duplas ou bandos, "pegar rabeira" nos ônibus, "fazer banguça", passear, namorar, freqüentar festas ou até promovê-las. Ou seja, "poder ir e vir, fazer o que se quer, a possibilidade inesgotável de construir cada dia

de um jeito diferente, a partir das condições que a rua oferece" (Fenelon, Martins *et alii*, 1986:68).

Tudo isso traz consigo um modo particular de apropriar-se do tempo e do espaço sem as restrições que pesam sobre o cotidiano dos meninos submetidos ao grupo doméstico, e, através dele, à escola e ao trabalho. Na rua não se tem hora certa para fazer o que se quer, nem se é obrigado a fazer ou deixar de fazer seja lá o que for. Viver na rua significa, pois, não ter pai, nem patrão. Por isso, além de se poder tomar, com o tempo e o espaço, uma liberdade inconcebível para o menino de casa, consegue-se alcançar uma antecipação considerável da capacidade de dispor do próprio corpo, no que se refere às relações sexuais e ao consumo de drogas. Tudo que se permite ao Evandro é um copo de vinho no Natal, talvez um namoro inocente. Com a mesma idade, "Caboclinha" já tinha cheirado cola e esmalte à vontade e tido inúmeras experiências sexuais. Tinha se acostumado, como diz, a um outro "ritmo de vida" — o mesmo que Robson estava começando a levar e ao qual Jr. estava em vias de adaptar-se também.

Da casa para a rua não muda, apenas, o ritmo da vida, isto é, a forma de apreensão do tempo e do espaço por intermédio das atividades — mudam também os valores. Liberdade no espaço, liberdade com o tempo, liberdade para o corpo — todas estas formas significam, em última análise, algo bem mais problemático para o sistema social: a liberdade de quem não adere à convenção do mercado. "Na rua, para se ter o que se quer, basta tomar" (op.cit.:70); por isso é possível conseguir as coisas que a família não pode oferecer e que estão fora do alcance de quem "trampa legal" (isto é, quem trabalha regularmente). O projeto de consumo do grupo doméstico, nas camadas de baixa renda, se vê constantemente obrigado a diferir a fruição do que a sociedade urbana tem a capacidade de proporcionar. Na rua, pode-se "ter a cidade à sua disposição" (op.cit.:69), desde que se esteja disposto a conquistá-la.

Conquistar a cidade, porém, implica em repudiar a ética do trabalho para assumir a da aventura. Consiste, pois, em subverter a ordem que dá suporte ao estatuto do cidadão, com o fito de alcançar as metas de consumo que caracterizam uma existência cidadina. Para os meninos e meninas de rua, no entanto, esse projeto não está mediatizado pelo enquadramento familiar, escolar, laboral e legal. Resulta, antes, de uma negação desses meios. Em seu lugar, propõe o recurso sistemático aos empreendimentos da mendicância e da predação. O bando de meninos ou meninas de rua é, nos termos de Elias Canetti, uma malta predatória, ou uma malta de caçadores. Esta não se distingue, apenas, pelo fato de "pedir", furtar ou roubar, distingue-se, sobretudo, pela natureza dos objetos de consumo a cuja obtenção se dedica. Ao negar a produção em favor da pirataria, não se contenta com qualquer botim. Não se interessa, apenas, pelo que é útil. Ambiciona, ao contrário, as coisas não "falsificadas": os tênis, bermudas, relógios, blusas, vestidos, calças, camisas e cosméticos legítimos. Não basta ser útil, tem de ser "da marca". Com isso se estabelece, com nitidez, uma pauta de consumo onde o valor simbólico ultrapassa qualquer consideração de ordem funcional. Além disso, a lógica que preside a esse tipo de economia surpreen-

de pela sua adequação à própria ideologia da sociedade de consumo. As coisas não existem para ser acumuladas ou dispendidas de forma regular, constante e parcimoniosa. Servem, ao contrário, para ser obtidas e gastas de golpe e, quase sempre, sem resíduo. Neste sentido, como em outros, vive-se na rua uma vida vertiginosa, marcada por violentas sístoles e diástoles; pela alternância muito rápida entre o ter e o não-ter, pela oscilação entre a falta e o excesso.

Para exemplificar, bastam umas poucas referências. Assim, o grupo de meninos que após dois dias passados em cheirar cola (e sem comer), resolveram, durante a noite, arrombar uma lanchonete. No interior desta entregaram-se a uma verdadeira orgia gastronômica. Fizeram crepes; fritaram ovos com bacon; prepararam sanduíches com todo o tipo de molhos; beberam e, por fim, entraram num frenesi tal que acabaram provocando um princípio de incêndio. Depois de terem comido e bebido como se o fizessem pela última vez, foram todos acometidos de uma violenta indisposição, com vômitos e diarreia. Outro caso é o das meninas que, sujas e maltrapilhas, se reencontram, após um roubo de loja, na Viela da Rua 7. “As meninas se reúnem em um canto. São agora seis. Todas usando diademas, colares, brincos, várias pulseiras e anéis em todos os dedos... Nas caixas há, ainda, perfumes, sabonetes, creme dental, creme de barbear. Na mochila, calcinhas, camisetas, carrinhos, algum dinheiro e sapatilhas. Estas não servem para nenhuma delas. É preciso dar para alguém ou vender... Na amizade do encontro, conversa-se muito e alto, os gestos são amplos, a movimentação é geral. Alguns empurrões e tapas sem muita força também fazem parte das brincadeiras... Tão rapidamente como se formou, o grupo se dispersa. É hora de ir para outro lugar” (op.cit.68).

Em ambos os casos — de resto, prosaicos, na crônica das crianças de rua de Goiânia — podemos reconhecer a dinâmica da malta como a descreve Canetti (Canetti, 1980:101ss.): subitamente reunida em função da presa comum, ela comete o saque, distribui o produto em meio a um clima eufórico, para, em seguida, fragmentar-se e desaparecer, materializando-se pouco depois, em outro lugar, com outro objetivo.

O dado que melhor ilustra essa filosofia de consumo, no entanto, aproximando-a do ideal da sociedade de abundância, é a sua disposição de usar os bens obtidos sem dedicar tempo e esforço à conservação dos mesmos. Tudo o que se consegue, por melhor que seja, é tratado como se fosse descartável: usa-se até não poder mais e joga-se fora. Não se lava, não se conserva, não se conserta, não se recicla nada. Tudo é submetido, impiedosamente, à usura dessa vida vertiginosa, porque, como explicam os meninos valendo-se de adágios do senso comum, “o que vem fácil, vai fácil”, ou “o que entra rápido, sai rápido”.

Viver dessa maneira exige, além da referida liberdade de espaço, tempo e ação, determinadas virtudes que estão capituladas no código de ética da turma. Entre elas, há três que se destacam. Quem faz parte de uma turma não deve “cagüetar”, não deve depender do outro e nunca deve dizer que algo é difícil. Isto significa que cada membro de grupo está obrigado, em primeiro lugar, ao silêncio que protege os companheiros. Em segundo lugar, assume o compromisso de não constituir um peso para os demais. Esta regra, na sua vertente positiva, impõe, no entanto, a distribuição do

produto da pilhagem de acordo com uma certa hierarquia de lealdades. Em terceiro lugar, o integrante da turma subscreve um tabu verbal: não usar a expressão “é difícil”, como se, desse modo, se buscasse conjurar a dificuldade não falando dela. Com isso, se pretende manter, no ânimo de cada um e de todos, a coragem e a ousadia, sem as quais essa nova forma de viver não seria viável. Daquele que reúne todas essas qualidades pode-se dizer que é “tora”. Ser “tora” é o grande ideal da moralidade vigente nas turmas de meninos e meninas de rua. É uma qualidade que não pode ser alegada, pois é uma afirmação de excelência que só a turma tem o privilégio de atribuir.

A busca desse ideal, no entanto, imprime à vida da turma um caráter agônico, que decorre tanto das suas estratégias peculiares de inserção no consumo urbano, como do exercício da liberdade que se lhe encontra, estreitamente, associado. Sobrevive na rua quem for capaz de “se virar”. A capacidade de “se virar” distingue os membros da turma uns dos outros, pondo-os, dessa forma, em competição. A competição, por sua vez, envolve determinados princípios, que passam a reger o intercuro social no âmbito da turma. O primeiro deles é o da soberania da vontade no agir. Sob esse aspecto, o desempenho dos meninos e meninas na rua não reconhece outro limite que não o estabelecido pelo próprio agente. O corolário desse princípio pode ser sintetizado no binômio *não-interferência/não-“alugação”*, pois a nenhum colega é dado impedir a realização da vontade do outro por atos, nem tampouco tentar dissuadi-lo por palavras (“cobrança”, “alugação”). Regras válidas em quaisquer circunstâncias, mesmo quando a ação individual prenuncia ou configura riscos graves para a pessoa do agente. Não se deve, entretanto, concluir apressadamente que, por esta razão, prevaleça na rua a solidão moral do individualismo moderno. Para afastar essa suspeita basta consultar o excelente estudo de Fenelon, Martins e outros (1986) sobre as meninas de rua de Goiânia. Nele vamos encontrar um relato elucidativo quanto ao funcionamento dos princípios enunciados. Trata-se do caso de uma menina que, já muito drogada, deseja ingerir outra dose de um xarope chamado *Eritós*. Nenhum de seus companheiros tentou movê-la, embora seu estado já fosse crítico. Quando começou a agonizar, socorrida por outras pessoas (policiais e adultos), os companheiros quiseram permanecer ao seu lado, manifestando revolta diante da tentativa de impedi-los de assistir à colega nos seus instantes finais. Essa mesma solidariedade se manifesta quando algum dos meninos ou meninas de rua é preso e encarcerado, ou desaparece. Nesses casos, a turma, em alvoroço, procura determinar o paradeiro do(a) colega, para, em seguida, mobilizar as instâncias de apoio e proteção, não sossegando enquanto perdurar o problema.

Esse tipo de comunidade de aflição alcança o paroxismo quando o personagem em questão é o chefe da turma. No *Manuel d'ethnographie*, Marcel Mauss (1947:110) afirma que “o que define um grupo de homens não é nem a sua religião, nem as suas técnicas, nem outra coisa que não o seu direito”. O código da rua, entretanto, se encarna e especifica, sobretudo, no chefe da turma, pois é ele, em última análise, quem determina a exclusão ou inclusão nos seus quadros, e,

através deles, no mundo da rua. Cada turma é conhecida como a turma do seu chefe.

A realização do ideal de ser "tora", tem como horizonte a chefia. O chefe não é o mais velho, o mais forte, o mais antigo na rua ou o mais amigo, e sim o mais "tora" de todos. Os meninos novatos na vida de rua querem ser chefes, pois concebem o ideal sem conhecer os seus custos. Os veteranos, porém, não se equivocam a respeito, como deixa transparecer Carmelo quando afirma: "O menino quer ser chefe porque ele não sabe nada do que é a turma. Se eu for chefe não posso sair da rua. O chefe orienta e dá força para a turma, então fica difícil ele sair".

Ao chefe cabe, pois, englobar o grupo de pares que reconhece a sua liderança, seja na ação, seja na implementação dos valores. Com relação a estes, preenche o papel de instância de recurso, constituindo-se num autêntico *foyer d'appel* do bando. Por isso, este o protege como se protegesse a si mesmo, valendo-se em grau superlativo da mentira, da dissimulação e dos demais recursos capazes de preservá-lo, inclusive a autoacusação. Em alguns casos, suspende toda a sua atividade, como fez a turma do "Lica" quando este ficou preso na DVPM.

Estruturas como esta que procuramos esboçar a propósito da turma são bastante conhecidas; e o pensamento sociológico dedicou-se repetidamente à sua tematização, como podemos recordar, invocando os trabalhos de Simmel, da Escola de Chicago; do Grupo de Manchester, de Canetti, e, mais recentemente, de Maffesoli, na França. Um dos mais destacados pensadores da antropologia contemporânea desenvolveu, a respeito do fenômeno, toda uma teoria, que gira em torno das idéias de *liminaridade* e *communitas*.

Victor Turner (1974:169) distingue três formas de *communitas*: 1) a *communitas* existencial ou espontânea que resulta do confronto integral de identidades humanas em situações liminares; 2) a *communitas* normativa, em que o grupo, "sob a influência do tempo, a necessidade de mobilizar e organizar recursos para manter os membros do grupo vivos e prósperos e a necessidade de controle social entre esses membros (...), organiza-se como um sistema social que perdura"; e 3) a *communitas* ideológica dos modelos utópicos.

A turma constitui, desse ponto de vista, um caso de *communitas* normativa. O grupo assim organizado, entretanto, conserva, para além de sua funcionalidade e valor utilitário, o ideal da experiência de fraternidade e camaradagem que reuniu os seus membros nos perigos e peripécias comuns da saída para o mundo da rua. Por isso, além de reconhecer e guardar um determinado código de valores, a turma é, ela mesma, o maior valor, pois "a proximidade de seus membros cria laços profundos, o que provoca uma verdadeira sinergia das convicções de cada um", para usar as palavras de E. Renan (*apud* Maffesoli, 1987:177).

Reconhecemos nisso a forma atribuída por E. Troeltsch aos grupos do tipo-seita, nos quais prevalece o aspecto instituinte caracterizado, seja pela "força sempre renovada do estar juntos", seja pela "relativização do futuro" (cf. Maffesoli, op.cit: 118). Não é, pois, absurdo enxergar na turma uma espécie de *thiaso*, formado por meninos e meninas que percorrem a cidade

na embriaguez da perambulação, das brincadeiras e da "cola". Esse cortejo é dionisíaco, também, na medida em que subverte todos os parâmetros da cidadania, provocando sobressalto, estranheza, escândalo e repugnância.

Não é, pois, meramente ao constrangimento pelo terror, como parece implicar o depoimento de Virgulino Jr., que se deve a lealdade à turma na pessoa do chefe. Esta lealdade dirige-se, também, à experiência fundadora que ela proporcionou e continua a proporcionar, nos momentos rituais, aos seus membros. E é daí que ela deriva, quanto ao essencial, o seu poder de sedução, o seu feitiço, ou seja, a sua capacidade de "virar a cabeça" de quem chega, para se lhe incorporar.

Assim se explica, igualmente, a frequência dos casos em que um irmão (ou uma irmã), que foi para a rua, atrai os outros para a mesma vida. A turma precisa crescer e nada mais lógico que o faça explorando as linhas de menor resistência indicadas pelos seus próprios membros. Em certos casos, essa forma de recrutamento pode chegar ao extremo, abrangendo a totalidade do grupo de *siblings*. Em Goiânia existe o exemplo de uma mulher cujos seis filhos foram para a rua e que procura atraí-los de volta, acalentando o ideal de construir uma casa, onde possa reuni-los, sob seus cuidados, outra vez.

A volta ao lar, meta ideal de todo o esforço de recuperação dos meninos e meninas de rua, entretanto, envolve, nos seus dilemas, esse poder de sedução e essa lealdade dos quais a turma é o foco. Na composição entre a turma e a família, as situações resultam diferenciadas. Há meninos (ou meninas) que saem de casa para a rua e voltam. Há os que ficam indo e voltando. Há os que saem e pensam em voltar. E, por fim, há os que saem e nem pensam em voltar. Até mesmo os que retornam ao lar, entretanto, embora afirmando que a situação melhorou, não deixam de manifestar saudades. Talvez por isso, suas famílias não consigam disfarçar a apreensão, expressando o desejo de vê-los "firmar a cabeça" e deixar os amigos da rua, pois só assim crêem a volta assegurada.

4. O estranhamento na família

“**N**a rua eu já perdi um monte de amigos. Assim, de repente, eu lembro deles: o falecido Tamirinho, que morreu com uma injeção de *Algafan* na veia, mal aplicada por um 'chorro'; o falecido Adauto, que morreu de tiro; o falecido Alessandro e o falecido Carequinha, do Aprendizado de Anápolis, atropelados na estrada; o falecido Carequinha da Cidade Livre, morto a tiro pelo China; só aí são cinco que eu me lembro”.

Além de vertiginosa, a vida na rua é breve. Assim constata as palavras de Carmelo, um veterano dessa vida. Alguém, portanto, que conhece de sobra quanto

custa ser menino de rua. Há ameaças por toda parte. Elas vêm por parte da polícia, pois não há turma sem delito e a menoridade protege da pena, mas não da violência. Elas vêm dos maiores, sejam eles as vítimas ou os agenciadores da transgressão. Elas vêm, ainda, dos próprios meninos de rua, em particular, os da “outra turma”. Mais que tudo, no entanto, elas vêm do próprio ritmo que tem a vida na rua.

De resto, com exceção da violência física e do abuso sexual, os meninos de rua admitem a “reciprocidade das ações” (Fenelon, Martins *et alii*, 1986:70). Sabem que na rua “tudo tem volta” e contam com isso como se conta com a fatalidade. Não alimentam ilusões a respeito, como tampouco se iludem quanto à reciprocidade de perspectivas, como revela o diálogo entre uma entrevistadora e uma menina: — “O que você acha que as pessoas pensam de meninas como você?”. Resposta: — “Vagabundas, maloqueiras”. Nova pergunta: — “E você, o que acha de vocês mesmas?”. Resposta: — “Vagabundas, maloqueiras...” (op. cit.:75)

Essa capacidade de relativizar a turma e a sua vida na rua vem acompanhada de uma grande consciência dos riscos envolvidos na opção de sair de casa. Por isso, não deve surpreender que, em alguns casos, os menores de rua, ao invés de aliciarem os irmãos, queiram preservá-los na sua identidade de “meninos de casa”. Em Goiânia, foi possível registrar mais de um caso desses. A caçula de uma família que tem três filhos na rua é obstinadamente impedida de conviver com suas irmãs e irmão, por eles mesmos, que dividem o tempo entre a rua e a instituição (CFM). Não se admite que vá para o meio dos meninos de rua e são eles que cuidam de evitar tê-la entre si. Dizem sempre: “Ela não! Ela é menina de casa, não vai vir para a rua”.

Assim, surpreendentemente, vemos que a adoção da turma como valor, embora possa levar ao desconhecimento (perda total de contato) da própria família, parece não invalidar a família enquanto valor social. A grande maioria dos meninos de rua entrevistados, quando fala do futuro, imagina conseguir trabalho, ter casa e constituir família. Ao mesmo tempo, pressionados para atestar a autenticidade do projeto, são capazes de negar a crença manifestada anteriormente.

Diante disso, retornamos à questão inicial. O que provoca numa criança um estranhamento tal no seio da família, a ponto de fazê-la optar pela vida na rua? Que tipo de trajetórias levam meninos e meninas a se afastar da família para integrar-se à turma e à sua forma de vida, nas ruas e praças da cidade?

A respeito disso, as crianças e os adolescentes que vivem na rua gostam de contar as suas *sad stories*. Nelas torna-se por vezes difícil separar os fatos da fantasia. Isto se deve, talvez, à sua função no intercuro social com os diversos tipos de agentes da ordem estabelecida. As histórias tristes são concebidas com a finalidade de mobilizar a compaixão desses agentes, para os manobrar convenientemente. Servem também, no entanto, como uma espécie de mito etiológico através do qual se trata de tornar plausível a própria escolha de viver na rua. A nenhuma delas, entretanto, se pode negar o caráter da ficção verossímil, e, como tais, não há porque excluí-las do *corpus* etnográfico, quando nele admitimos até as projeções do futuro.

Estas últimas — e aqui não encontramos discrepâncias significativas nos dados sobre os meninos-trabalhadores — revelam, nos menores de rua, uma adesão generalizada ao parâmetro da família nuclear, nas suas linhas gerais. Imaginam uma casa, onde vive um casal com os seus filhos. Fabulam um quotidiano sem notáveis conflitos, no campo das relações afetivas, seja entre os pais, seja entre estes e os filhos, ou dos irmãos entre si. Pensam numa casa onde não faltam as coisas, onde há um certo conforto, graças à atividade de um pai provedor e de uma mãe econômica. Imaginam que o bem-estar dos filhos deva passar adiante de qualquer outra preocupação, nos esforços do casal. Esperam, da parte deste, investimento e presença na vida do grupo, julgando-se credoras de proteção e segurança, orientação e participação em experiências compartilhadas de sociabilidade, no seio da família.

A trajetória para a rua começa na casa pobre, violenta ou vazia. Parte de uma situação de carência. Carência de conforto, em que as privações impõem, ora a ausência dos pais, e com ela a sensação de abandono, ora uma tensão insuportável nas relações de marido e mulher, ou de pais e filhos, que submete a uma dura prova todo o arcabouço de papéis, contaminados por desempenhos irregulares. Maridos que maltratam suas mulheres; pais e mães (ou madrastas e padrastos) que punem os seus filhos (ou enteados) de modo excessivo e errático, ou que simplesmente se omitem. Chefes de família incapazes de prover o grupo doméstico do necessário e mães de família que têm de assumir esse papel em detrimento do seu; além de tudo, muitas vezes alcoólatras, “nervosas”, ou francamente doentes mentais. Crianças que levam vida de adulto, obrigadas a alienarem o seu tempo livre em prol da reprodução de um teatro familiar, frequentemente à beira da tragédia.

Embora se possam constatar conexões significativas entre esses elementos, não é prudente estabelecer um encadeamento causal entre eles, que, partindo da miséria, passasse pela desagregação, para terminar na violência e, com ela, na expulsão da criança. Devemos, antes, compreender que tais elementos podem agrupar-se, segundo distintas constelações, sem que se possa detectar um traço comum a todas elas, ao qual fosse possível imputar, em última instância, a responsabilidade pelo mal.

Tudo que se pode razoavelmente afirmar é que, em virtude da co-ocorrência variada dos elementos mencionados, o que se configura é, de algum modo, o rompimento do pacto fundador da aliança familiar. As famílias são estruturas processuais, cuja reprodução imprime movimento ao ciclo do grupo doméstico. Para que este se realize de modo regulado, torna-se necessário aderir ao projeto da família nuclear, agindo de acordo com as expectativas que cada um dos atores, em particular as crianças em vias de socialização, deve poder acalantar diante dos outros, sobretudo dos pais.

Famílias são dispositivos institucionais que têm a função de reduzir a complexidade do mundo. Para cumprir esse requisito, têm de implementar um conjunto de regras nítidas, internalizadas como valores e exteriorizadas como desempenhos paradigmáticos. O princípio sociológico que garante o funcionamento de qualquer dispositivo de redução da complexidade do mundo, no entanto, é a confiança (Luhman, 1989).

A negação do pacto familiar, sob qualquer uma das suas formas, está sempre relacionada ao desempenho deficitário dos papéis, seja por excesso, seja por falta, seja ainda pela imprecisão que provocam os recobrimentos. Confiança sempre implica risco. Não além de certo limite, entretanto, pois para poder confiar é preciso crer que se está confiando com bons motivos e, portanto, dentro de uma certa margem de segurança. Confiar significa estender informações provenientes do passado, arriscando uma determinação do futuro: "no ato de confiar, a complexidade do mundo futuro é reduzida" (Luhman, op.cit.:20).

Não poder confiar significa, pois, um acréscimo insuportável de imprevisibilidade. A queda do potencial de confiança faz cair também a capacidade de ação. E, no limite, reduz os atores à impotência. Isto é, segundo nos parece, o que sucede com a família, no caso dos meninos de rua, como podem indicar os baixos índices de confiabilidade manifestados com relação às figuras paterna e materna. Não somente as crianças confiam pouco nos pais, senão que também estes revelam manifesta insegurança quanto ao mandato da família, e deles mesmos, no seio dela.

Ao desalento dos pais, corresponde, no entanto, a revolta dos filhos. O interessante é que todos concordam num ponto: foram traídos... pelo outro. Independente das razões invocadas de lado a lado, o que se reconhece de modo implícito, em cada caso, é a existência de uma família que se reproduz biologicamente, mas não é capaz de reproduzir-se socialmente. Com isso, a sua valência, como campo de forças, alcança o pólo negativo. Os laços se afrouxam na razão direta do enfraquecimento da densidade moral. É nesse momento que surgem as condições da busca, que leva os seus membros menores para a rua. Com frequência, através do trabalho, especialmente daquele que se desenvolve nos espaços menos controláveis da esfera pública, propiciando a exposição do menino, ou da menina, a esse outro campo de forças que é a turma.

Esta se apresenta, por sua vez, como mecanismo alternativo de redução da complexidade real do mundo. Assombra as famílias, disputando com elas a lealdade dos filhos, na medida em que contrapõe à impotência delas a sua própria onipotência. Ou, ao menos, o sentimento, a confiança nela, reciclando, positivamente, o ressentimento e a revolta, originados pelo colapso do ninho. Assim, talvez, se compreenda melhor o mandamento que proíbe usar a expressão "é difícil", alcançando, ao mesmo tempo, o significado mais profundo dessa droga da rua que é a "cola". O que todos os meninos e meninas dizem, quando lhes perguntamos como vivenciam o "cheirar cola", é que se sentem poderosos, fortes e destemidos, como Rambo e Hulk.



Referências Bibliográficas

- BATESON, G. (1986). *Mente e natureza: A unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BERGER P. & LUCKMANN, T. (1967). *The social construction of reality*. New York: Anchor.
- BURKE, K. (1969). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press.
- CANETTI, E. (1987). *Masse und macht*. Frankfurt a. Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- FENELON, G. & MARTINS, L. C. et alii (1986). *Meninas de rua: um estudo de identidade social*. Doc. (mimeo.).
- GEERTZ, C. (1983). *Local knowledge — further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- LUHMANN, N. (1989). *Vertrauen — ein mechanismus der reduktion sozialer komplexität*. Stuttgart: Enke.
- MAFFESOLI, M. (1987). *O tempo das tribos — o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MAUSS, M. (1947). *Manuel d'ethnographie*. Paris: Payot.
- SHORTER, E. (1975). *Making of the modern family*. New York: Basic Books.
- TURNER, V. W. (1974). *Dramas, fields and metaphors — symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press.